

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.672.396 - RS (2017/0113501-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ALMIRANTE GOMES GLASHORESTER
ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768
REGIS ELENO FONTANA - RS027389
TAMIM FRANCISCA REIS - RS064678
GABRIELA TAVARES GERHARDT BLANCK - RS068622
PAULA SIMÕES LOPES BRUHN - RS078260
RICARDO ZENERE FERREIRA E OUTRO(S) - RS087039
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIEL BARBOSA LIMA FARIA CORREA DE SOUZA E
OUTRO(S) - RS065085
RECORRIDO : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS - RS056630
EMILY REICHERT SEIBEL BARCELLOS - RS080101
JÉSSICA RODRIGUEZ ROCA E OUTRO(S) - RS100997

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ALMIRANTE GOMES GLASHORESTER, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, e manejado contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 1.429, e-STJ):

ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO. FUNCEF. CEF. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. CTVA. ADESÃO AO NOVO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. VALIDADE. COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO. INDEVIDA.

1. Na forma do entendimento consolidado da Terceira Turma desta Corte, é legítima a Caixa Econômica Federal para figurar no polo passivo de ação proposta com o fim de se obter provimento judicial que determine às rés o recálculo do valor saldado de seu fundo de previdência privado e a integralizar a reserva matemática correspondente considerando para tanto o valor recebido a título de CTVA (complemento temporário variável de ajuste ao piso de mercado).

2. 'Não se pode estender aos benefícios dos assistidos da previdência complementar 'abonos' (independentemente da nomenclatura adotada) e vantagens de qualquer natureza, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo único da Lei Complementar 108/2001, bem como não é possível a concessão de verbas não previstas no contrato previdenciário (regulamento do plano).

Isso porque, se a verba não está prevista em contrato, para ela não houve o prévio custeio. E determinar o seu pagamento causaria desequilíbrio financeiro e atuarial no plano de benefícios, em prejuízo de toda a coletividade de participantes e assistidos'.

Embargos de declaração opostos e rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões de recurso especial (fls. 1.474/1.498, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos arts. 489 e 1.022, § único, inc. II, do NCPC, por negativa de prestação jurisdicional, e 3º da LC 108/2001, 18 e 19 da LC 109/2001, 423, 424 e 942 do CC, sustentando, em síntese, a competência da Justiça do Trabalho para a definição da natureza jurídica da verba nominada CTVA, ser a CEF responsável pela recomposição das reservas matemáticas em vista das normas que regem a relação jurídica previdenciária.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1541/1565, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

1. Inicialmente, a apontada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal regional ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca das benfeitorias e da usucapião, porém em sentido contrário ao pretendido pela parte recorrente.

2. Nos termos do entendimento firmado quando do Conflito de Competência n. 69.281/MG, DJe 02/03/2015, o julgamento de ação proposta com o intuito de discutir previdência complementar é de competência da Justiça Comum.

No entanto, em se tratando de hipóteses, como a vertida nos autos, em que se pretende o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA e consequente reflexos em seu plano de previdência complementar, há a cumulação de pretensões de naturezas distintas: previdenciária e trabalhista.

Em casos tais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as ações que visam a inclusão da CTVA na base de cálculo das contribuições efetuadas à Funcef são da Justiça do Trabalho.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF. PEDIDO QUE NÃO SE RESTRINGE À ANÁLISE DAS REGRAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. COMPETÊNCIA, INICIALMENTE, DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A causa de pedir da contenda tem origem na exclusão da parcela denominada CTVA do salário de contribuição do autor, fato que terá repercussão financeira em sua aposentadoria futura, mas, cuja solução não se restringe à interpretação das regras da previdência complementar. 2. Considerando que a matéria em discussão é afeta à relação de emprego estabelecida com a CEF, ainda que haja reflexos no valor dos benefícios de responsabilidade da entidade de previdência privada, a FUNCEF, aplica-se ao caso, com as devidas adaptações, o comando da Súmula 170/STJ: "Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo de nova causa, com pedido remanescente, no juízo próprio". Precedentes da Segunda Seção. 3. Não é admitida a utilização do agravo interno para prequestionar matéria constitucional com vistas à eventual interposição de recurso extraordinário. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos Edcl no CC 155.053/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 27/8/2018).

3. Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial a fim de,

Superior Tribunal de Justiça

reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, tornar sem efeito as decisões proferidas pelas instâncias ordinárias da Justiça Federal e determinar a remessa dos autos à Justiça Trabalhista.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

